

Brasília, 10 de Novembro de 2014

Agenda Legislativa

Sindicato Nacional dos Funionários do Banco Central– SINAL

Período de 10/11 a 14/11/2014

Plenários (Câmara e Senado):

Câmara dos Deputados:

O Plenário da Câmara dos Deputados inicia a semana com a pauta sobrestada por um Projeto de Lei em Regime de Urgência Constitucional.

Nos dias 11 a 13/10, a partir das 16h, o Plenário da Câmara dos Deputados, poderá apreciar o (a):

✚ Terça-Feira (04)

Sessão Extraordinária

Instituição de fundações estatais:

O [PLP92/2007](#) (item 5), de autoria do Poder Executivo, que **estabelece que o Poder Público poderá instituir fundação estatal, sem fins lucrativos, nas áreas de atuação que especifica. Regulamenta a Constituição Federal de 1988.**

Gratificação por Substituição – Membros da Justiça Federal:

O [PL7717/2014](#) (item 8), de autoria do Superior Tribunal de Justiça, que **institui a gratificação por exercício cumulativo de jurisdição e de função administrativa aos membros da justiça Federal.**

Gratificação por Substituição – Defensoria Pública:

O [PL7836/2014](#) (item 17), de autoria da Defensoria Pública da União, que **institui a gratificação por exercício cumulativo de ofícios e de função administrativa dos membros da Defensoria Pública da União.**

Gratificação por Substituição – Tribunal de Justiça do DF e Territórios:

O [PL7884/2014](#) (item 18), de autoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que **institui a gratificação por exercício cumulativo da jurisdição e de função administrativa aos membros da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.**

Gratificação por Substituição – Justiça do Trabalho:

O [PL7891/2014](#) (item 19), de autoria do Tribunal Superior do Trabalho, que **institui a gratificação por exercício cumulativo da jurisdição e de função administrativa aos membros da Justiça do Trabalho.**

Gratificação por Substituição – Justiça Militar:

O [PL7897/2014](#) (item 20), de autoria do Superior Tribunal Militar, que **institui a Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição e de Função Administrativa aos Membros da Justiça Militar da União.**

Lotação dos Servidores:

A [PEC2/2003](#) (item 24), de autoria do deputado Gonzaga Patriota (PSB/PE), que **acrescenta arts. 90 e 91 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, possibilitando que os servidores públicos requisitados optem pela alteração de sua lotação funcional do órgão cedente para o órgão cessionário.**

PEC do Fim da Contribuição dos Inativos:

A [PEC555/2006](#) (item 25), de autoria do então deputado Carlos Motta (PSB/MG), que **revoga o dispositivo da Emenda Constitucional - Reforma da Previdência, acabando com a cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados (Contribuição de Inativos).**

Adicional Noturno aos Servidores Públicos:

A [PEC339/2009](#) (item 26), de autoria do deputado Vicentinho (PT/SP), que **assegura o direito ao adicional noturno aos servidores públicos que recebem por subsídios.**

Equiparação de subsídios na administração pública:

A [PEC5/2011](#) (item 28), de autoria do deputado Nelson Marquezelli (PTB/SP), que **altera o inciso XV do art. 48 e revoga os incisos VII e VIII do art. 49 para estabelecer que os subsídios do Presidente e Vice-Presidente da República, Ministros de Estado, Senadores e Deputados Federais são idênticos aos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.**

Proventos Integrais ao Servidor Aposentado por Invalidez:

A [PEC170/2012](#) (item 29), de autoria da deputada Andreia Zito (PSDB/RJ), que **garante proventos integrais ao servidor que se aposentar por invalidez.**

Senado Federal:

O Plenário do Senado Federal inicia a semana com a pauta livre para votações.

Nos dias 11 a 13/11, a partir das 16h, o Plenário do Senado Federal, poderá apreciar o (a):

✚ *Terça-Feira (11)*

Reestruturação da Carreira de Policial Federal:

A [PLV16/2014](#) (item 1), de autoria da Presidente da República, que altera a Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, que reorganiza as classes da Carreira Policial Federal, fixa a remuneração dos cargos que as integram e dá outras providências.

PEC do ATS a Magistrados e Membros do MP:

A [PEC63/2013](#) (item 9), de autoria do senador Gim (PTB/DF), que Acrescenta os §§ 9º e 10 ao art. 39 da Constituição, para instituir a parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e Ministério Público.

Crítérios para Aposentadoria Especial do Servidor:

O [PLS250/2005 - Complementar](#) (item 19), de autoria do senador Paulo Paim (PT/RS), que estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos portadores de deficiência.

Reuniões Deliberativas das Comissões:

Dia 11/11 – Terça – Feira:

Congresso Nacional:

Às 14h, a Comissão de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação de Dispositivos da Constituição, Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, poderá apreciar o (a):

Direito de Greve do Servidor:

O [parecer do relator](#), senador Romero Jucá (PMDB/RR), apresentado sugestão de Projeto de Lei (item 3), de autoria da Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal, que dispõe sobre o direito de greve do servidor público.

Câmara dos Deputados:

Às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC), Plenário 1, poderá apreciar o (a):

Cobrança Sindical pela Internet:

A [redação final](#), do deputado Marcos Rogério (PDT/RO) ao [PL5239/2009](#) (item 53), de autoria do deputado Carlos Bezerra (PT/RS), que altera o art. 605 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para alterar o prazo para a publicação do edital de cobrança da contribuição sindical e incluir a Internet como veículo de publicação.

Revisão Anual da Remuneração do Servidor:

O [parecer do relator](#), deputado Dr. Grilo (SD/MG), recomendando a aprovação da [PEC185/2012](#) (item 101), de autoria do deputado Junji Abe (PSD/SP), que **acrescenta parágrafos ao art. 37 da Constituição Federal para estabelecer data certa para a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e dá outras providências.**

Servidor Público Exercendo Atividade de Professor:

O [parecer do relator](#), deputado Benjamin Maranhão (SD/PB), recomendando a aprovação da [PEC219/2012](#) (item 102), de autoria da deputada Andréia Zito (PSDB/RJ), que **permite que servidores públicos das carreiras administrativas possam exercer o cargo de professor.**

Verbas Indenizatórias dos Servidores Públicos:

O [parecer do relator](#), deputado Fábio Trad (PMDB/MS), recomendando a aprovação da [PEC271/2013](#) (item 103), de autoria do deputado Augusto Carvalho (SD/DF), que acrescenta o art. 37-A na Constituição Federal **dispondo sobre o valor das verbas indenizatórias pagas aos servidores públicos da União.**

Negociação Coletiva no Setor Público:

O [parecer do relator](#), deputado Assis Melo (PCdoB/RS), recomendando a rejeição do [PL229/2007](#) (item 150), de autoria do deputado Chico D'Angelo (PT/RS), que **regulamenta a negociação coletiva de trabalho no setor público. Cria a Mesa de Negociação Permanente.**

Senado Federal:

Às 10h, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização Financeira e Controle (CMA), Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 06, poderá apreciar o (a):

Certidão negativa de crédito para servidores públicos:

O [parecer do relator](#), senador Cristovam Buarque (PDT/DF), recomendando a rejeição do [PLS527/2007](#) (item 17), de autoria do senador Sérgio Zambiasi (PTB/RS), que **dispõe sobre a dispensa da exigência de certidão negativa de serviços de proteção ao crédito e congêneres para a consignação em folha de pagamento de servidor público adquirente de imóvel.**

Às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, poderá apreciar o (a):

Cartões de Crédito:

O [parecer do relator](#), senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), recomendando a rejeição do [PLS680/2007](#) (item 5), de autoria do então senador Adelmir Santana (DEM/DF), que **proíbe cláusulas de exclusividade entre bandeiras e adquirentes no mercado de cartões de crédito e débito. O PLS677/2007 tramita em conjunto.**

Dia 12/11 – Quarta – Feira:

Câmara dos Deputados:

Às 10h, a Comissão de Finanças e Tributação (CFT), Anexo II, plenário nº 04, poderá apreciar o (a):

Subsídio de Ministro do STF:

O **relator**, deputado Mário Feitoza (PMDB/CE), poderá apresentar parecer ao [PL7914/2014](#) (item 20), de autoria do Supremo Tribunal Federal, que **fixa o subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal em R\$ 35.919,05.**

Subsídio do Procurador-Geral da República:

O **relator**, deputado Mário Feitoza (PMDB/CE), poderá apresentar parecer ao [PL7918/2014](#) (item 21), de autoria do Ministério Público da União, que **fixa o subsídio mensal do Procurador-Geral da República em R\$ 35.919,05.**

Isenção do Imposto de Renda:

O **parecer do relator**, deputado Giovani Cherini (PDT/RS), pela aprovação, com substitutivo, ao [PL1217/2007](#) (item 34), de autoria do então senador Romeu Tuma (PTB/SP), que **altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir a pneumopatia grave e a fibrose cística (mucoviscidose) entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma.**

Atribuição do Banco Central do Brasil:

O **parecer do relator**, deputado André Figueiredo (PDT/CE), recomendando a aprovação, com emenda, ao [PL3865/2012](#) (item 74), de autoria do deputado Paulo Rubem Santiago (PDR/PE), que **altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para que passe a figurar como competência do Banco Central do Brasil a expressão "perseguir a estabilidade do poder de compra da moeda, garantir que o sistema financeiro seja sólido e eficiente e estimular o crescimento econômico e a geração de empregos".**

Senado Federal:

Às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Sala de Reuniões nº3, Ala Senador Alexandre Costa, poderá apreciar o (a):

Assédio Moral no Serviço Público:

O **parecer do relator**, senador Pedro Taques (PDT/MT), recomendando a aprovação, com substitutivo, ao [PLS121/2009](#) – **TURNOS SUPLEMENTARES** (item 8), de autoria do senador Inácio Arruda (PCdoB/CE), que **altera dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, prevendo a penalidade de demissão para aquele servidor que, no exercício do poder hierárquico, vier a submeter seus subordinados a práticas degradantes ou constrangedoras no ambiente de trabalho.**

Concurso Público:

O [parecer do relator](#), senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), recomendando a rejeição do [PLS413/2011](#) (item 16), de autoria do senador Benedito de Lira (PP/AL), que **altera o art. 11 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para delimitar o horário de realização de concursos públicos federais, e determina a aplicação das mesmas regras aos concursos realizados pelas empresas estatais da União.**